

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.639 - RS (2019/0273032-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : FORMAC FORNECEDORA DE MÁQUINAS LTDA  
**ADVOGADOS** : RUY PEREIRA CAMILO JUNIOR - SP111471  
MUFID EDMUNDO DUGAICH - SP011471  
AUGUSTO OTAVIO STERN - RS010510  
TATIANA MARTINS GONÇALVES - SP242706  
ANDRE VIEIRA STERN E OUTRO(S) - RS067257  
**AGRAVADO** : BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A  
**ADVOGADOS** : LUIZ RODRIGUES WAMBIER - PR007295  
LEONARDO TEIXEIRA FREIRE E OUTRO(S) - RS072094  
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS - RS065191  
MARIA LUCIA LINS CONCEIÇÃO - RS065218A  
PRISCILA KEI SATO - RS068858  
TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM - RS066871

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação da Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 1.748/1.756).

Foi acolhida a preliminar arguida pelo recorrido e rejeitada a suscitada pela recorrente, negando-se provimento ao apelo, conforme ementa a seguir (e-STJ fl. 1.689):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO INDENIZATORIA.

PRESCRIÇÃO PARCIAL CARACTERIZADA, RELATIVAMENTE AOS VALORES ORIUNDOS DE PRAZO SUPERIOR A TRÊS ANOS DO INGRESSO DA PRIMEIRA AÇÃO.

CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA.

CORRESPONDENTE BANCÁRIO. RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO QUE NÃO IMPLICA EM DEVER DE REMUNERAÇÃO DA RÉ À AUTORA PELOS SERVIÇOS QUE A PRIMEIRA ALEGA TER PRESTADO. TRATANDO-SE A APELANTE DE EMPRESA QUE REVENDIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, EVIDENTE A NECESSIDADE DE QUE FOSSEM EFETUADOS FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS, POSTO TRATAR-SE DE NEGÓCIOS DE GRANDE VALOR. CONTRATOS BANCÁRIOS FIRMADOS COM O INTUITO DE FOMENTAR O NEGÓCIO DA AUTORA. LUCRO DA EMPRESA AUTORA QUE DECORRIA DA VENDA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS E NÃO DE COMISSÕES OU REMUNERAÇÃO PELO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CORRESPONDENTE BANCÁRIO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

ACOLHERAM A PRELIMINAR ARGUIDA EM CONTRARRAZÕES PELO RÉU, REJEITARAM A PRELIMINAR ARGUIDA PELA AUTORA E NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. COM DECLARAÇÃO DE VOTO DO DES. GUINTHER SPODE. UNÂNIME.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 1.707/1.712).

No recurso especial (e-STJ fls. 1.716/1.731), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, a recorrente alegou negativa de vigência dos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, I e II, do CPC/2015, sustentando a ocorrência de contradição quanto ao reconhecimento da relação

jurídica e sua onerosidade.

Suscitou ofensa ao art. 596 do CC/2002, aduzindo a existência de relação de correspondência bancária entabulada entre as partes. Nesse contexto, discorreu acerca da incontroversa prestação de serviço de intermediação financeira e sua natureza diferenciada relativamente à atividade fim de comercialização de máquina e equipamentos. Destacou, ainda, que o contrato firmado entre as partes era uma intermediação que a recorrente realizava entre o cliente e o banco em casos de financiamento.

Foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fls. 1.738/1.746).

No agravo (e-STJ fls. 1.759/1.785), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 1.788/1.794).

É o relatório.

Decido.

A recorrente afirma existir contradição no acórdão recorrido, uma vez que o Tribunal de origem aduziu a existência de relação de correspondência bancária, porém indeferiu o recebimento de comissão pelos serviços prestados.

Não há, contudo, contradição, pois o acórdão recorrido considerou que o reconhecimento da relação não implica dever de remuneração do recorrido à recorrente pelos serviços supostamente prestados. A propósito, o seguinte excerto (e-STJ fl. 1.693):

Passo ao exame do mérito do apelo, o qual adianto não merece provimento. Conforme se verifica dos autos a pretensão aqui trazida se funda em anterior reconhecimento judicial da existência de relação entre as partes, figurando a autora/apelante como correspondente bancária. Ocorre que o fato de ter sido reconhecida essa relação não implica em dever de remuneração da ré à autora pelos serviços que a primeira alega ter prestado. Em verdade, como bem posto na sentença, tratando-se a apelante de empresa que revendia máquinas e equipamentos agrícolas, evidente a necessidade de que fossem efetuados financiamentos bancários, posto tratar-se de negócios de grande valor.

Quanto à violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não assiste razão à recorrente, visto que o Tribunal *a quo* decidiu a matéria controvertida nos autos, ainda que contrariamente a seus interesses, não incorrendo em nenhum vício previsto no art. 489, § 1º, do CPC/2015.

No que respeita à alegada violação do art. 596 do CC/2002, confira-se o seguinte trecho do acórdão recorrido (e-STJ fl. 1.694):

Assim, efetivamente os contratos bancários de financiamento eram firmados com o intuito de fomentar o negócio da autora, sendo, em verdade, em grande maioria dos negócios, indispensáveis a consumação dos contratos. Repiso a fundamentação da sentença no sentido de que o lucro da empresa autora decorria da venda de máquinas e equipamentos e não de comissões ou remuneração pelo exercício da função de correspondente bancário. As testemunhas Carlos Eduardo e Eugênio Jank Ferreira (fls. 1398 e 1405) são claras ao apontar o interesse da autora na realização de contratos de financiamento bancário com o fim de fomentar seus negócios.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Desta forma, tenho que não há falar em remuneração a ser alcançada a parte autora, tendo em vista que os contratos de financiamento acabavam por figurar como acessórios ao contrato principal, viabilizando a consumação do negócio, advindo desta consumação a remuneração que competia a parte autora.

Por tais razões, a sentença vai mantida pelos próprios fundamentos.

O Tribunal de origem, amparado no acervo fático-probatório dos autos e na análise das cláusulas contratuais, concluiu que os contratos bancários firmados entre as partes, ocorreu com o intuito de fomentar o negócio jurídico da recorrente.

Assentou ainda que o lucro da empresa agravante decorria da venda de máquinas e equipamentos, e não de comissões ou remuneração pelo exercício da função de correspondente bancário.

Dessa forma, para alterar o entendimento do acórdão recorrido e acolher a pretensão recursal de condenação do banco agravado ao pagamento de comissões em favor da agravante, seria necessário o reexame das provas e a reinterpretação de cláusula contratual, o que é vedado em sede de recurso especial pelo óbice das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo. Nos termos do art. 85, §§ 1º e 11, do CPC/2015, seria caso de majorar os honorários advocatícios. No entanto, deixo de fazê-lo, tendo em vista que foram arbitrados em percentual máximo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator